

O prefácio de Cegalla: análise sob as perspectivas sociolinguísticas e o conceito de ethos da Análise do Discurso Francesa

The preface by Cegalla: analysis from the sociolinguistic perspective and the concept of ethos in the French Discourse Analysis

Thiago Soares de Oliveira*

Este trabalho propõe, como o resultado de uma pesquisa bibliográfica, a análise teórica acerca do aspecto de dominação contido no discurso normativista do professor Domingos Paschoal Cegalla a partir do exame de trechos do prefácio da obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, desvelando o *ethos* autoral que ora se acoberta nas entrelinhas do preâmbulo, ora se evidencia na abordagem conservadora de conceitos já desconstruídos pela Sociolinguística. Logo, pretende-se demonstrar que tal obra, apesar de se posicionar em repúdio ao dogmatismo intransigente, propala a resistência ao dinamismo linguístico.

Palavras-chave: Análise do Discurso Francesa. *Ethos*. Sociolinguística. Dinamismo linguístico.

*Based on a review of the literature, this paper presents a theoretical analysis of the notion of domination in Domingos Paschoal Cegalla's normative discourse. This analysis is made by examining excerpts of the foreword in the **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, in which the authorial ethos is at times concealed between the lines of the preamble, or highlighted in the conservative approach of concepts already deconstructed by Sociolinguistics. Therefore, we aim at demonstrating that such work, despite the fact of speaking up in repudiation of the uncompromising dogmatism, propagates the resistance to the linguistic dynamism.*

Keywords: French Discourse Analysis. *Ethos*. Sociolinguistics. Linguistic Dynamism.

Primeiras considerações

A primeira gramática normativa surgiu como reflexo da imposição da cultura helenística¹ em razão das conquistas de Alexandre Magno², visto que as regiões por ele dominadas não partilhavam do idioma grego. Diante disso, criou-se um compêndio de unificação política e cultural a fim de normatizar a língua grega, que havia se espalhado desde a “Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande império persa (atuais

* Mestrando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CBM) e graduado em Letras (Português/Literatura) pela Universidade Castelo Branco. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e professor de Língua Portuguesa da Escola de Administração Judiciária.

¹ Segundo Bagno (2007, p. 62), “o nome da Grécia, na língua grega é Hellas, de onde vem Hélade, em português. Por isso, se chamam a si mesmos de helenos.”

² Alexandre Magno, antes chamado Alexandre III, foi o jovem rei macedônio conhecido por suas grandes conquistas territoriais e pela imposição de sua língua, o grego, aos povos dominados (BAGNO, 2007).

Irã e Afeganistão) e a Índia” (BAGNO, 2007, p. 62). Surgiu, portanto, a necessidade impositiva de criação de um padrão uniforme e homogêneo acima das diferenças regionais e sociais.

Pode-se registrar, desta feita, que a perspectiva dominadora que se apresenta em algumas gramáticas tradicionais foi historicamente determinada, e seus efeitos refletem a época em que surgiu a primeira gramática normativa. Isso significa que um compêndio normativo que, apesar do decurso do tempo, continua a perpetuar tal aspecto de dominação decerto não acompanhou a evolução dos processos de fala e escrita, desconsiderando as mudanças ocorridas e perenizando, algumas vezes, normas que não mais respondem aos anseios sociais, além de rechaçar a variabilidade linguística facilmente notada e amplamente documentada por estudiosos da Sociolinguística, tais como Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Stella Maris Bortoni-Ricardo.

Não é possível, por isso, conceber como sacrossantas as gramáticas que desabonam os aspectos social e variacional da língua. Bagno (2007, p. 73) afirma que “*a Linguística reconhece a língua como uma realidade intrinsecamente heterogênea, variável, mutante*”, enquanto a Gramática Tradicional insiste na homogeneidade e na estabilidade da língua.

Nesse sentido, ao analisar, à luz da Sociolinguística, uma obra contemporânea como o preâmbulo da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 2000, Companhia Editora Nacional, 43ª edição, de Domingos Paschoal Cegalla, é possível visualizar a reprodução da natureza de dominação típica das gramáticas tradicionais, que compilam normas cujo conhecimento supostamente denota “status” e transmite preconceitos sociais relativamente às formas de falar e escrever que se manifestam cotidianamente.

A fim de desconstruir as noções estanques disseminadas pelos normativistas, serão contrapostos alguns conceitos adotados por Cegalla aos sustentados pela Sociolinguística. Além disso, será de grande valia o entendimento da percepção de ethos, com base nos estudos da Análise do Discurso, e sua aplicação ao discurso introdutório da obra do autor com o escopo de corroborar a resistência ao dinamismo linguístico.

Assim sendo, este trabalho não intenta esgotar o assunto, mas reconhecer, a partir de contraposições conceituais e da análise do prefácio da aludida obra, a resistência normativista à constante mutação sofrida pela língua, o que ratifica o aspecto de dominação a partir do qual são propagados diversos preconceitos linguísticos.

Análise do Discurso: alguns conceitos e a noção de ethos em Maingueneau e Amossy

Surgida como área de conhecimento resultante da reunião de conceitos originários da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, a Análise do Discurso Francesa (AD) despontou como uma teoria do sentido cujo objetivo era a análise de discursos

efetivamente produzidos a partir de sua relação com a ideologia³ e com o lugar social a partir dos quais são enunciados. A AD, segundo Mussalim (2001, p. 101), “designa uma disciplina surgida na França na década de 1960”, estando associada ao linguista e lexicólogo Jean Dubois e ao filósofo Michel Pêcheux.

Conforme é entendido por tal disciplina, o discurso⁴ tem múltiplos usos dentro da Linguística, sendo contextualizado e assumido. Charaudeau e Maingueneau (2006) observam que não se pode atribuir sentido a um enunciado⁵ descontextualizadamente, uma vez que o discurso participa da definição do contexto, podendo modificá-lo ao longo do processo de enunciação. Da mesma forma, os autores assinalam que todo discurso apresenta marcas de subjetividade, mostrando ou não graus diferenciados de adesão ao que é afirmado pelo enunciador. Por isso, o discurso é assumido pelo autor no contexto em que é gerado.

Ademais, ao considerarem o discurso como um comportamento social como outro qualquer, Charaudeau e Maingueneau (2006) destacam sua submissão às normas gerais que controlam os comportamentos sociais, bem como às normas particulares e específicas que controlam cada ato de linguagem, asseverando que o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos, sendo, portanto, assumido em um interdiscurso⁶ com o qual estabelece relações diversas, como citações e comentários.

Ante tais conceitos, percebe-se a importância da Análise do Discurso para compreender a linguagem manejada em uma gramática normativa cujo objetivo implícito ou explícito é a dominação pelo conhecimento das normas do falar e do escrever. Entretanto, a fim de complementar tais sucintas definições, é necessário explanar sobre a noção de ethos como a voz de “*um sujeito situado além do texto*” (MAINGUENEAU, 2004, p. 95).

Esse conceito, que reapareceu em razão de problemáticas relativas ao discurso, é um dos quais Aristóteles construiu como elemento de contribuição para a persuasão oratória, diferentemente dos retóricos da sua época. A este elemento uniam-se *logos* e *pathos*⁷, também conceitos da retórica aristotélica. Sobre esse assunto, Amossy (2008) explica que,

para Aristóteles, como para toda a Antiguidade, os *temas* e o *estilo* escolhidos devem ser apropriados (*oikeia*) ao ethos do orador, a

³ Segundo Marilena Chauí (2001, p. 108-109), a ideologia pode ser definida como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...]”.

⁴ Discurso pode ser entendido, nas ciências da linguagem, como “atividade verbal em geral” ou “cada evento de fala”. Para Maingueneau (2004, p. 52), “emprega-se tanto no singular (‘o domínio do discurso’, ‘a análise do discurso’ etc.) quanto no plural (‘os discursos se inscrevem em contextos’ etc.), conforme se refira à atividade verbal em geral ou a cada evento de fala”.

⁵ O termo enunciado recebe definições diversas. Maingueneau (2004, p. 57) acolhe o termo como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

⁶ Interdiscurso, consoante Maingueneau (2004, p. 24), seria um “conjunto imenso de outros discursos que vêm sustentar” uma interdição.

⁷ Maingueneau (2008, p. 14), em A Propósito do Ethos, ao retomar uma fórmula de Gilbert (século XVIII), resume o triângulo da retórica antiga: “instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas”. E complementa: “os ‘argumentos’ correspondem ao logos, as ‘paixões’ ao pathos, as ‘condutas’ ao ethos”.

saber, à sua *héxis*, ao seu *Hábitus*, ou – para empregar um termo da sociologia interacionista – ao seu *tipo social*. Encontramos, portanto, na *Retórica* de Aristóteles, diante de dois campos semânticos *opostos* ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epieikia*, engloba atitudes e virtudes como *honestidade*, *benevolência* ou *equidade*; outro, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como *hábitos*, *modos* e *costumes* ou *caráter* (idem, p. 29-30).

Desse modo, “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2008, p.10). Logo, nota-se que o aludido termo tinha essa significação em meio aos preceitos retóricos de Aristóteles. O que ocorre, no entanto, é que, apesar de inicialmente se aplicar à oratória, tal conceito se estendeu à escrita, conforme bem introduz Maingueneau (2004, p. 95), no Capítulo 8 da obra *Análise de Textos de Comunicação: Apresentamos os enunciados como sendo o produto de uma enunciação que implica uma cena. Mas isso não basta: toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto*”.

Ratificando essa assertiva, Amossy (2008, p. 16), ao observar a noção de *ethos* na análise do discurso de Maingueneau, afirma que “o autor a relaciona à noção de *tom*, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala”, incrementando, portanto, essa noção em relação àquela inicialmente apreendida pela retórica aristotélica. Ainda, complementa a autora que

na perspectiva da Análise do Discurso não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente (AMOSSY, 2008, p.75).

O conceito de *cena de enunciação*, citado em Amossy (2008), emerge da noção de que a ação de enunciar, isto é, a fala, desenvolve-se como se encenada. Em *Análise de Textos de Comunicação*, Maingueneau (2004, p. 85) acrescenta que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”.

Ainda corroborando a existência do *ethos* em textos escritos, vale ressaltar que “se o *ethos* é particularmente evidente nos textos publicitários, ele também diz respeito, com a mesma pertinência, a todo o conjunto de enunciados escritos” (MAINGUENEAU, 2004, p. 100). Nesse aspecto, já que o prefácio da gramática de Cegalla (2000) se traduz em um enunciado escrito, é pertinente salientar as noções de *ethos* mostrado e de *ethos*

dito para que, em análise posterior, os comentários possam ser construídos com maior consistência teórica.

Com efeito, o *ethos* de um discurso, mostrado ou dito, é um resultado de vários fatores que a todo tempo interagem, dificultando a distinção entre um e outro em razão dos extremos de uma linha contínua em que ambos se inscrevem. Maingueneau (2008) legitima tal dificuldade ao afirmar que

o *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) - diretamente ('é um amigo que lhes fala') ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo (idem, p. 18).

Em vista dessas considerações, será proveitoso entender, em sequência, quais conceitos inovadores introduzidos pela Sociolinguística podem colaborar na análise do prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla, desnudando, em auxílio às considerações propostas pela Análise do Discurso, os vários matizes de dominação e de resistência à mutação linguística.

A Sociolinguística e a desconstrução de conceitos normativos

Em meados do século XX, em virtude do novo entendimento a partir do qual a língua deveria ser estudada considerando-se a sociedade em que ela é falada, emergem os primeiros estudos acerca da Sociolinguística. Considerada uma disciplina relativamente nova, a "*Sociolinguística surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960*" (BAGNO, 2007a, p. 28), sendo seu precursor o estudioso William Labov.

Com o advento dessa nova área de conhecimento, despontaram diversos conceitos, tais como variabilidade linguística, os mitos relacionados ao erro e ao acerto, a heterogeneidade linguística e social, dentre outros que foram, inclusive, introduzidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como a expressão *variedades dialetais*⁸, na tentativa de transformar a prática docente no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa.

Ainda que datadas de 1997, as instruções dos PCN encontram resistência relativamente à atuação dos professores, não só pela dificuldade em se desconstruir conceitos há muito arraigados no ensino da Língua, mas também porque alguns compêndios gramaticais sustentam antigas concepções de forma dogmática, desconsiderando o aspecto variacional da língua, como se os falantes e escritores da língua de fato empregassem à risca os preceitos normativos. Dessa forma, mesmo com a

⁸ Bagno (2007a) assevera que a expressão variedades dialetais é um conceito fundamental da Sociolinguística, o qual está relacionado ao campo da variação linguística. Para o autor, o dialeto (termo empregado por muitos linguistas em substituição à expressão variedades dialetais) designa "o modo característico de uso da língua num determinado lugar, região, província etc." (BAGNO, 2007a, p. 48).

prospecção cronológica óbvia, algumas gramáticas resguardam conceitos já antiquados e que passam a ser questionados pela Sociolinguística. Por isso, é importante apresentar, preliminarmente, os aspectos da variação linguística a fim de que, mais adiante, possam ser tecidas as críticas a respeito do prefácio da gramática de Cegalla.

Em linhas gerais, a variação linguística refere-se à diversidade de falares que se apresentam no entorno de uma língua. Isso significa que os indivíduos se expressam diferentemente conforme a classe social, o meio em que vivem, o nível de escolaridade, etc. Tal expressão oral é facilmente percebida em qualquer ambiente que mescle indivíduos “diferentes”. Bagno (2007a, p. 47) corrobora essa percepção ao afirmar que a “*variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua*”.

Para atingir os efeitos explicativos necessários à compreensão de toda essa mistura de falares, adota-se a concepção de que o termo “diferentes” seja comum e intrínseco ao próprio ser. Logo, se as pessoas são diferentes entre si, comuns são, também, as diferenças na forma de expressão oral, as quais se refletem, por conseguinte, no modo de se expressar da forma escrita, posto que a “*Sociolinguística afirma que toda língua é um feixe de variedades*” (BAGNO, 2007a, p. 47).

A partir dessa assertiva, fica reconhecido que a diversidade que recai sobre os modos de falar e escrever decorre da diversidade em que se inserem os próprios falantes e escritores da língua. Há de se ressaltar que, por ser fruto de uma convenção, a língua é social, é pertencente ao povo que dela faz uso. Seria inadequado, portanto, reconhecer que o nativo não maneja com destreza sua própria língua. Por esse motivo, a Sociolinguística adota como um de seus principais postulados o fato de que “*toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional*” (BAGNO, 2007a, p. 48), visando a dar respaldo àqueles que são a razão da existência da língua: os falantes e os escritores⁹.

Além disso, a funcionalidade das variedades linguísticas defendida por essa ciência, no sentido de que atingem seu fim precípuo que é a comunicação, tenta resguardar o indivíduo do preconceito linguístico que abate os que desconhecem ou, caso conheçam, não utilizam a norma-padrão. Dessa forma, cumpre explicar que, contrariamente ao que se afirma nos compêndios normativos, norma-padrão e norma culta não são expressões sinônimas.

Nessa óptica, Bagno (2007a, p.105-106) propõe a substituição da expressão “norma culta” por *variedades prestigiadas* e da expressão “norma popular” ou “vernáculo”¹⁰ por *variedades estigmatizadas*, “com base na oposição entre prestígio e estigma”, por entender que estas expressões suprem de forma proveitosa as carências embutidas naquelas.

Com efeito, a substituição proposta pelo autor demonstra como o preconceito linguístico está vinculado aos aspectos de dominação, provocando confusões conceituais

⁹ Nesse caso, o termo “escritores” é empregado com o intento de designar a utilização escrita da língua, e não uma classe de profissionais.

¹⁰ Bagno (2007a) refere-se ao termo vernáculo como aquilo que é próprio de um país, nação ou região, da forma como o consideram os gramáticos, para que possa, então, proceder à substituição proposta. Valendo-se da Sociolinguística, William Labov cunhou outro significado para o termo, considerando vernáculo como “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, William apud BAGNO, 2007a, p. 51).

mormente consideradas como estagnações conceituais. À vista disso, vários conceitos utilizados pelas gramáticas desprestigiam o dinamismo da língua. Esses conceitos fazem parte da norma-padrão.

Nessa perspectiva de entendimento, “*a norma padrão não faz parte da língua*” (BAGNO, 2007a, p. 106), podendo ser considerada

um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados (Idem, p. 106).

Seguindo essa linha de raciocínio, Bagno (2007a, p. 106-107) complementa que, “*apesar de ser um produto cultural de natureza diferente das variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes, a norma padrão tem que ser incluída em qualquer estudo sobre as relações entre linguagem e sociedade*”.

Destarte, percebe-se que a inclusão da norma-padrão nos estudos da linguagem é de grande importância, tendo em vista que descortina os aspectos do preconceito linguístico, ainda que seja possível notar a fronteira que distingue o culto do padrão. Bagno (2007a) ainda afirma, nesse rumo, que o modelo ideal (padrão) não representa o uso real da língua pelos falantes ditos cultos. Isso significa que os indivíduos “cultos”, isto é, de alto nível de escolaridade e mais urbanos, não fazem uso da norma-padrão da forma como é apresentada nas gramáticas. Então, se são cultas as classes prestigiadas, seus integrantes utilizam a língua culta que, a partir dessa explanação, não representa a língua padrão, não sendo, portanto, expressões sinônimas.

Em suma, o que se pode perceber é que a língua é heterogênea em seus múltiplos aspectos, influenciando o falar e o escrever daqueles que dela se apropriam como instrumento de expressão. Por isso, é mera ilusão considerar a existência de uma forma ideal de expressão oral ou escrita, quando não se pode exigir que os indivíduos sejam “ideais”. Com isso, por demais facilitada fica a compreensão de que há uma dissidência entre o desejo dos normativistas de impor um padrão, uma regra – como se fosse possível a aplicação a todos os indivíduos manejadores da língua – e o uso vivo da língua, possuidora de peculiaridades, heterogeneidades, dinamicidade e vivacidade.

Uma interpretação crítica da Gramática de Cegalla

Passando à análise do prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, 43ª edição, Companhia Editora Nacional, é viável a aplicação dos conceitos anteriormente dispostos a fim de mapear a intenção do autor ao escrever a obra e desvelar os juízos linguísticos de valor por ele adotados.

Ainda que o propósito inicial de Cegalla, como bem afirma o autor, fosse a

elaboração de uma Gramática Normativa que pudesse ser útil a professores e alunos, ele se vale de conceitos desconstruídos pela Sociolinguística em razão do aspecto de dominação e do preconceito linguístico neles contido. Dessa maneira, à luz dessa ciência da linguagem, é prudente iniciar a análise proposta partindo de tais conceitos.

Em início de observação, o professor conceitua a gramática como “*meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita*” (CEGALLA, 2000, p.14). Já nesse conceito é possível observar que o autor admite a gramática como instrumento disciplinador tanto da expressão oral quanto da escrita, não pressupondo a existência de diversidades entre uma e outra. Outrossim, não há traços de consideração da variabilidade linguística que condiciona a fala e a escrita, senão a intenção de regular ambas as formas de expressão valendo-se de um conjunto de normas estáticas.

Ao revés dessa constatação, “*a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e reconstrução*” (BAGNO, 2007a, p. 36). Isso significa que a língua é um processo nunca concluído e, portanto, não disciplinável, traduzindo a gramática como representante de “*um controle de processos inerentes de variação e mudança, um refreamento artificial das forças que levam a língua a variar e a mudar*” (idem, p. 37).

Mesmo que houvesse a possibilidade de se atingir o que Cegalla toma por “ideal”, isso não ocorreria a partir de regras imutáveis, isto é, que não admitem a vivacidade da língua nem o dinamismo contido nos processos de fala e escrita. Logo, na tentativa de idealização das expressões oral e escrita, seria necessário, a princípio, o esquadrinhamento das diferenças que cercam uma e outra. Se há distinções, o tratamento a ser dado ao falar e ao escrever deve, da mesma forma, ser distinto.

Quanto ao aspecto de “disciplinar a linguagem”, este se evidencia inadequado, pois a linguagem já está condicionada a seus próprios aspectos disciplinadores. Em outras palavras, sentenças agramaticais¹¹ não ocorrem na língua como se regras fossem, devido à obediência às características intrínsecas da língua. À guisa de exemplo, uma frase como o menino comeu o bolo dificilmente seria pronunciada ou escrita como *menino o comeu o bolo*, mesmo na fala de uma criança, visto que a anteposição do artigo definido ao substantivo é, de fato, regra na língua, por obedecer a padrões constantes. Ao contrário, é corriqueira a construção o *bolo o menino comeu*, em razão da própria mobilidade de que dispõem os termos da oração.

Nesse sentido, Bagno, em *Preconceito Linguístico*, afirma que simplesmente *não existe erro de português*. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a *gramaticalidade* ou *agramaticalidade* de um enunciado, isto é, se um enunciado

¹¹ Para Bagno (2007a), enunciados agramaticais são aqueles que desrespeitam as regras de funcionamento da língua, por isso não aparecem na fala espontânea e natural de falantes nativos do português do Brasil.

obedece ou não às regras de funcionamento da língua (BAGNO, 2007b, p.123).

No segundo parágrafo do prefácio em análise, Cegalla (2000) pontua:

Temerário seria quem pusesse em dúvida a utilidade do estudo da disciplina gramatical. Maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar (idem, p. 14).

Já se nota o destempero do autor ao comparar a utilidade do estudo da disciplina gramatical a compêndios de boas maneiras que preceituam normas de polidez que todo civilizado deve acatar, não havendo ressalva alguma acerca dos conceitos de polidez e civilidade. Com efeito, nessa afirmação do professor, há um *ethos* mostrado, já que ele claramente relaciona o falar bem ao conhecimento da norma-padrão, tudo em manifesto posicionamento ao que considera como norma de polidez.

Nesse aspecto, não obstante a inexistência de considerações acerca de critérios de distinção entre o indivíduo civilizado e o não civilizado em todo o prefácio da obra, quando o professor assevera que todo civilizado deve acatar normas de polidez, assevera, por conseguinte, que os sujeitos civilizados devem se servir do estudo da disciplina gramatical em termos de obrigatoriedade. Ocorre que o conceito de civilizado não está adstrito ao conhecimento da norma-padrão da língua preconizada pelos compêndios gramaticais. Logo, não se pode considerar como não civilizados os que desconhecem a disciplina gramatical, encerrando, num único livro, a verdade definitiva e eterna sobre uma língua, visto que

A língua não é simplesmente um “meio de comunicação” – ela é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção ou ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou de exclusão (BAGNO, 2007a, p.83).

Da forma como se posicionou o professor, podem resvalar diversos juízos de valor social que não se coadunam com os preceitos sociolinguísticos, uma vez que o conhecimento da gramática, de per se, não deve ser suficientemente classificatório ao ponto de enquadrar indivíduos dentro ou fora de um padrão de civilidade, reforçando, portanto, os estigmas a que se refere Bagno (2007a).

Não é segredo que, há algum tempo, pairam dúvidas acerca da disciplina gramatical da forma como é ensinada nas escolas, recorrendo às classificações e análises de estruturas descontextualizadas. A gramática não deve ser, por isso, comparada a compêndios de boas maneiras que preceituam normas de polidez e de civilidade, sob pena de exclusão, inclusive, dos falantes e escritores ditos cultos, que não utilizam com precisão as normas descritas, por desconhecimento ou ausência de monitoramento da

fala ou da escrita, e, quando as utilizam, assim o fazem sem aplicação profunda dos preceitos lá contidos.

Contudo, as críticas não recaem sobre a gramática tradicional em si, mas sobre a forma como é aplicada no ambiente escolar. Consoante Bagno (2007a, p. 64), “*a Gramática Tradicional merece ser estudada, como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida nem, muito menos, como instrumental adequado para o ensino*”.

Posto isso, desconstruída fica a comparação estabelecida por Cegalla. Se assim não o fosse, os indivíduos estariam sujeitos unicamente ao crivo do normativismo e do prescritivismo apregoado pela gramática, sendo considerados não polidos ou desprovidos de civilidade caso não soubessem, por exemplo, que “*notações léxicas são sinais gráficos que se juntam às letras, geralmente para lhes dar um valor fonético especial e permitir a correta pronúncia das palavras*” (CEGALLA, 2000, p. 31).

Reiterando as manifestações a respeito das expressões oral e escrita, Cegalla complementa os disparates anunciando que “*este manual pretende apenas ser um roteiro, um auxiliar para os que aspiram a falar e escrever com acerto e elegância*” (CEGALLA, 2000, p. 14). Mais uma vez se observa a não diferenciação entre o falar e o escrever, além de problemas conceituais. Ao que parece, o professor não reconhece, quiçá por rejeição, a distinção entre o oral e o escrito, mesmo que a ciência linguística, desde Saussure, já o tenha feito.

Por óbvio, o trecho tenta abarcar num mesmo campo semântico¹² dois conceitos distintos. Quanto à elegância, não se pode consentir que recaia apenas sobre os leitores e entendidos dos padrões gramaticais, pois, assim, seriam excluídos os falantes do idioma que a eles não tiveram acesso ou, por razões diversas, desconhecem suas “orientações”. Nessa óptica se encaixariam, também, os conhecedores que não utilizam religiosamente os preceitos normativos.

Parte desse preconceito irrompe do não reconhecimento – ou não entendimento – da diferenciação proposta pela Sociolinguística entre norma-padrão e norma culta. Não raro, os que se dizem conhecedores da língua tomam por sinônimas tais expressões, considerando que o falante e o escritor ditos cultos são os que de fato utilizam o compêndio gramatical à risca, sendo portanto aspirantes à elegância e que, com efeito, alcançaram-na.

Em que pese a esse equivocado entendimento, os estudos sociolinguísticos por vezes desembaraçam essa aparentemente intrincada distinção. Parafraseando Bagno (2007a), norma culta seria aquela de que se apropria o falante ou escritor ditos cultos, não necessariamente equivalendo à norma-padrão, cuja melhor definição se aproximaria ao modelo que serve aos parâmetros do falar e do escrever. Como os considerados cultos (indivíduos mais urbanos e mais escolarizados) não se valem das gramáticas como forma de modelo exemplar aos discursos falados ou escritos, pode-se dizer que não adotam com precisão a norma-padrão, evidenciando que, mesmo entre os considerados cultos,

¹² Campo semântico diz respeito ao campo de significado que engloba palavras aproximadas pelo significado.

manifesta-se a variação linguística. Isso significa, por consequência, que padrão e culto não são expressões sinônimas.

Mesmo afirmando evitar, “*com o máximo cuidado, o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais arbitrárias, fundamentando sempre a doutrinação no uso vivo do idioma e na lição dos bons escritores*” (CEGALLA, 2000, p. 14), o autor implicitamente se contradiz quando se refere aos exercícios objetivos e variados contidos ao fim de cada capítulo de sua obra. Vale observar o trecho:

Achamos que, em trabalhos deste gênero, não deve a teoria andar divorciada da prática. Por isso, juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados, por meio dos quais os estudantes poderão assimilar os ensinamentos gramaticais com mais facilidade e aplicá-los com segurança na prática da comunicação (idem, p. 14).

Tal contradição pode ser corroborada pinçando-se um exemplo de exercício a partir do qual o estudante supostamente assimilaria os conhecimentos gramaticais, aplicando-os com segurança na prática da comunicação. Ao fim de uma seção de conceitos acerca das regras que regem o uso do adjetivo, Cegalla propõe que se “*passse um traço sob os adjetivos*” (CEGALLA, 2000, p. 159), provavelmente a fim de verificar a capacidade classificatória do estudante.

Eis aí um exemplo de ensino classificatório rejeitado pela Sociolinguística. Em *Preconceito Linguístico*, afirma Bagno (2007b):

Os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de professores de português! O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura – nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta (idem, p. 119).

Como se pode notar, a Sociolinguística não acolhe o ensino da gramática da forma como ele tem sido conduzido, posto que terminologias, classificações e nomenclaturas pouco servem para a formação de um bom usuário da língua. Melhor seria a proposição de exercícios reflexivos que estimulassem o conhecimento e o gosto pela língua, conforme o faz Bagno (2007a) a partir da página 225 de *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*.

Vale citar, também, o antepenúltimo parágrafo do prefácio em comento, com o objetivo de entender o que Cegalla toma por conceitos avançados:

Seguimos quase à risca a nomenclatura preconizada pelo Ministério da Educação e Cultura em Portaria de 28 de janeiro de 1959. Se em alguns pontos divergimos, abraçando conceitos mais avançados ou preferindo denominações não acolhidas pelo estatuto oficial, nunca o fazemos sem advertir o leitor (CEGALLA, 2000, p. 14).

Nesse trecho, o autor sustenta que diverge de alguns conceitos preconizados pela portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), abraçando conceitos que considera mais avançados ou preferindo denominações diversas. Logicamente não há, no prefácio de uma gramática, espaço para minúcias e definições de todos os termos e conceitos utilizados. É possível, todavia, reconhecer que, apesar da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* ter sido editada no ano 2000, Cegalla (2000) se apoia em uma nomenclatura do final da década de 1950, isto é, temporalmente distante da data de edição da obra. Além disso, sequer foram mencionados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), implementados na década de 1990, ou seja, anteriores à edição do compêndio gramatical. Ainda assim, a obra foi intitulada como novíssima.

Não é de se estranhar, outrossim, que a obra não mencione os conceitos sociolinguísticos apresentados no decorrer deste trabalho, já que a base de sustentação do texto prefacial é anterior ao surgimento da Sociolinguística, que remonta de meados da década de 1960. Há de se acrescentar também que, a partir da contraposição teórica, em breve análise, de alguns conceitos afetos à área, pôde-se observar o caráter classificatório e terminológico dos exercícios, além da utilização de conceitos propriamente normativos que, por óbvio, não se harmonizam aos sociolinguísticos.

Nada obstante, o prefácio da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla, apresenta uma tentativa de adequação da disciplina gramatical a novos conceitos, propondo o que o autor denomina como roteiro para auxiliar os estudantes. Percebe-se, pois, que, apesar de normativista, há certa preocupação do autor acerca da aceitabilidade da obra. Desse modo, vale considerar, na análise do prefácio como um todo, o conceito de *ethos* advindo das teorias da Análise do Discurso.

Preliminarmente, o *ethos* que se inscreve em Cegalla apresenta-se cauteloso, ao citar, no primeiro parágrafo de seu prefácio, a importância da Lei de Diretrizes e Bases e a oportunidade de se elaborar uma gramática em respeito a essa norma.

Em seguida, discorrendo por todo o objeto de análise, reafirma-se tal cuidado do autor ao redigir certos trechos, possivelmente com o intuito de evitar que o leitor prejudique a obra antes mesmo de lê-la. Assim, notam-se marcas de esmero autoral em trechos da gramática de Cegalla (2000, p 14) como

1. “prático e suave, este manual pretende ser apenas um roteiro, um auxiliar” (l.16);
2. “exposição sucinta e serena dos fatos gramaticais à luz da doutrina moderna e em harmonia com o estágio evolutivo da língua” (l. 19-21);
3. “evitamos, com o máximo cuidado o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais e arbitrarias” (l. 24-25);
4. “juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados” (l. 29-30);
5. “intento de amenizar a natural aridez da matéria” (l. 33);
6. “abraçando conceitos mais avançados” (l. 39-40);
7. “resta-nos agora aguardar dos competentes o veredicto, que esperamos não nos será inteiramente desfavorável” (l. 47-49).

Essas marcas pontuam, portanto, a preocupação do autor em “*construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem*” (AMOSSY, 2008, p. 19) – entenda-se, nesse trecho, àqueles que o leem, visto que o enunciado encontra-se registrado na forma escrita. Contudo, há de se ressaltar que as marcas rejeitadas anteriormente pela Sociolinguística ferem a cautela construída, revelando uma “*indefinição acerca da confiabilidade do enunciador e, conseqüentemente, do sentido do enunciado*” (AMOSSY, 2008, p. 21).

Dessa maneira, a prudência do enunciador (CEGALLA, 2000) fica maculada pela utilização, por exemplo, de termos como “*disciplinar a linguagem*” (l. 6-7); “*forma ideal da expressão oral e escrita*” (l. 7); “*escrever com acerto e elegância*” (l. 17-18); “*segurança na prática da comunicação*” (l. 32), uma vez que, com supedâneo sociolinguístico, foram desconstruídos vários desses conceitos.

Além disso, necessário se faz salientar que esse *ethos*, que remonta à retórica antiga e à eloquência, ao se inscrever em um discurso escrito, “*possui um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo)*” (MAINGUENEAU, 2004, p. 98). Por isso, a confusão causada pelos aspectos aparentes de comedimento em confronto com a adoção mostrada de conceitos sociolinguisticamente desconstruídos, desvirtua a tentativa de acobertar as características de resistência à mutabilidade constante a que está sujeita a língua. O que ocorre, desta feita, é o falseamento da fachada do enunciado pelo próprio enunciador.

Segundo Maingueneau (2008, p. 16), “*o ethos visado não é necessariamente o ethos produzido*”, sendo tal noção discursiva, cuja construção ocorre em meio ao próprio discurso, considerada “*híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado*” (Idem, p. 17). Diante disso, nota-se que, apesar de algumas marcas mostradas de aceitação do dinamismo linguístico, a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, transmite uma ideia que se apresenta “*por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser*” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Por fim, resta a ilação de que existem manifestos traços de dominação no prefácio da gramática estudada, em que pese às inserções realizadas pelo professor que elaborou a obra, comprovando, conforme Maingueneau (2010, p. 80), que “*a enunciação constrói certa ‘imagem’ do locutor e configura um universo de sentido que corresponde a essa imagem*”.

Considerações finais

Considerando que o ensino da gramática da Língua Portuguesa tem sido ponto firme de debate entre linguistas e normativistas, já é chegada a hora de se resolver tal entrave a partir de um consenso que entrelace ambas as posições, unindo normas e flexibilidade de usos.

Uma vez que o normativismo, cuja base é a regra a ser acatada pelos indivíduos, rejeita, implícita ou explicitamente, a flexibilidade proposta pela Sociolinguística, a

qual, por sua vez, defende o uso da língua em respeito aos aspectos da variabilidade linguística, percebe-se a necessidade de se romperem alguns paradigmas concebidos como tradicionais, bem como padrões prescritivistas de rigidez, a fim de facilitar ao alunado a assimilação de um conteúdo mormente tachado como desinteressante. Isso ocorre em razão do caráter classificatório, baseado em nomenclaturas e terminologias que não se espelham na realidade do estudante da língua. Logo, o ensino descontextualizado da gramática, desvinculado de práticas que incentivam o interesse discente, deve ser repensado com o intuito de adequá-lo aos padrões que remetem à realidade do aluno.

Nesse âmbito, não se pode deixar de adotar posturas flexíveis diante dos conceitos de erro e acerto a fim de evitar a desvalorização dos saberes individuais dos estudantes. Possivelmente, seria mais proveitosa a introdução de conceitos relacionados à adequação dos usos da língua, em vez dos arcaicos conceitos de correção e incorreção. Desse modo, seria considerado o uso da língua em perspectiva, isto é, valorizada seria a situação e contexto em que o idioma é empregado. Desconstruindo-se alguns dogmas impregnados ao ensino, certamente decairia a noção de fracasso que circunda o ensinar.

Não se intenta, todavia, abolir o uso da gramática ou desvalorizar os conceitos normativos, visto que a própria análise de seu conteúdo e da forma como são prescritas as normas, por si mesmas, descortinam noções e aspectos a partir dos quais se sustentam as contraposições necessárias ao aprimoramento do ensino da Língua. O que se pretende, na verdade, é facilitar a interação entre o ensino da gramática, mas de forma contextualizada, e os preceitos teóricos das novas ciências linguísticas, destacando a utilidade do saber para o aluno, em vez de obrigá-lo a decorar conceitos que apenas têm serventia aos professores de português e profissionais afetos à área.

Anteriormente, já se expôs em Bagno (2007a) que o conhecimento de nomenclaturas não significa necessariamente a formação de um bom falante ou escritor. Sob essa perspectiva, pode surtir efeito inverso a obrigatoriedade terminológica apregoada nos compêndios normativos cujo escopo precípua é o de se atingir uma suposta forma ideal de falar e escrever. Assim, o indivíduo que se apropria de sua língua, em vez de motivado e conhecedor, torna-se sujeito-resultado de um fracasso no ensino na medida em que se sente incapaz de assimilar os postulados de seu próprio idioma.

Com efeito, essa hipotética incapacidade que pode acometer o falante ou escritor não é real sob o julgamento da Sociolinguística, já que a noção de erro não existe (BAGNO, 2007a). Por consequência, não deve recair sobre esses sujeitos a noção de fracasso, que se adéqua melhor aos processos por meio dos quais é ensinado o manejar da língua.

Vale, por fim, o registro de que, graças ao dinamismo e à capacidade de mudar intrínsecos à língua, seria de grande valia dar ao ensino uma nova roupagem, também dinâmica e mutável, distante das características de dominação, não apenas sob o pretexto de aproximar o falante e o escritor de seu próprio idioma, mas também sob o suporte de que o apreço pela Língua Portuguesa só pode ser alcançado se acompanhado de processos de mudança na forma de ensinar, compilando ensino e realidade discente.

Referências

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007b.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

Artigo recebido em: 20 ago. 2013
Aceito para publicação em: 21 maio 2014